



128

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0001264-53.2013.8.17.0000 (0295131-1)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: RODRIGO TRINDADE

PACIENTE: ELIDE SILVA DOS SANTOS

RELATOR SUBSTITUTO: DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PEDIDO DE PRISÃO DOMICILIAR. MEDIDA EXCEPCIONAL. NECESSIDADE DE AMPLA PRODUÇÃO PROBATÓRIA ACERCA DO QUADRO CLÍNICO DA PACIENTE. MATÉRIA DE MÉRITO. O HABEAS CORPUS NÃO COMPORTA O EXAME APROFUNDADO DAS PROVAS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. DECISÃO - PEDIDO NÃO CONHECIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. A prisão domiciliar, por se tratar de medida excepcional, demanda a demonstração inequívoca acerca do quadro clínico da paciente, revelando a diligência da autoridade apontada como coatora.
2. Não se conhece do pedido, em sede de Habeas Corpus, quando a sua demonstração exige ampla produção e análise de provas, procedimento típico da instância inferior.

129

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Habeas Corpus nº **0001264-53.2013.8.17.0000 (0295131-1)**, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em não conhecer do pedido, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 26 de março, de 2013.

Des. Fausto de Castro Campos
Relator substituto



130

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0001264-53.2013.8.17.0000 (0295131-1)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: RODRIGO TRINDADE

PACIENTE: ELIDE SILVA DOS SANTOS

RELATOR SUBSTITUTO: DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

RELATÓRIO

Trata-se de ordem de *habeas corpus* impetrada pelo Bel. **RODRIGO TRINDADE** em favor de **ELIDE SILVA DOS SANTOS**, apontando como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Regional de Execução Penal - PE.

Alega o impetrante que a paciente se encontra presa desde janeiro de 2012 em razão de sentença que a condenou ao cumprimento de 17 (dezessete) anos de reclusão, em regime fechado.

Acrescenta que a paciente apresenta séria doença degenerativa da coluna cervical, necessitando de intervenções médicas que não podem ser realizadas no interior da unidade prisional em que se encontra segregada. Diante deste quadro clínico a paciente foi beneficiada com o regime de prisão domiciliar pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias com a finalidade de se submeter a uma cirurgia e se recuperar deste procedimento.

Ao final do prazo da prisão domiciliar a paciente foi novamente recolhida ao presídio e foi formulado novo pedido de prisão domiciliar diante

131
da premente necessidade da paciente em dar continuidade aos tratamentos de saúde recomendados pelos médicos que lhe acompanham.

Diante desses fatos, defende o impetrante que a paciente se encontra sofrendo constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção em face da ausência de renovação da prisão domiciliar pelo Juízo de Execução Penal.

Dessa forma, pugna pela concessão da ordem para que a paciente possa ser submetida a novo regime de prisão domiciliar.

Com a peça de impetração foram acostados os documentos de fls. 08/17.

Instada a prestar as informações de estilo, o MM. Juiz da 1ª Vara Regional de Execuções Penais de Pernambuco relatou à fl. 29 que os autos do processo de execução em questão se encontravam no Ministério Público.

Com seus informes encaminhou, dentre outros documentos, cópia de ofício emitido pela Secretaria de Ressocialização, em face de provocação por parte do Ministério Público com relação aos assuntos tratados neste Writ (fls. 30/110).

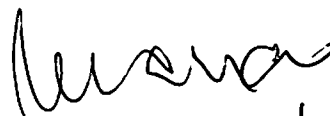
A Procuradoria de Justiça, em parecer ofertado às fls. 116/118, opinou pelo não conhecimento do pedido, acostando, ainda, cópia da Cota Ministerial (fl. 120) em que há referência acerca de descumprimento pela paciente das condições impostas por ocasião do deferimento do pedido de prisão domiciliar anteriormente deferida

É O RELATÓRIO.

Recife,

26

de



de 2013.

Des. Fausto de Castro Campos
Relator substituto





132

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0001264-53.2013.8.17.0000 (0295131-1)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: RODRIGO TRINDADE

PACIENTE: ELIDE SILVA DOS SANTOS

RELATOR SUBSTITUTO: DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

VOTO

Srs. Desembargadores,
Sr.(a) Procurador(a).

Trata-se de ordem de Habeas Corpus em que o impetrante pleiteia a concessão da ordem no sentido de conceder à paciente o direito à prisão domiciliar, a qual não foi renovada pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Regional de Execução Penal, em que pese premente necessidade de submissão a tratamento médico.

Em pesquisa realizada através do *Judwin* verifica-se que no dia 07 de fevereiro do corrente ano o MM. Juiz da 1ª Vara Regional de Execução Penal da Capital apreciando o pedido de prisão domiciliar formulado pela defesa da paciente converteu o julgamento em diligência para fins de realização de perícia médica na paciente tendo em vista que todos os atestados médicos constantes dos autos foram lavrados por médicos da confiança da paciente, inexistindo qualquer laudo oficial que esclareça as dúvidas acerca do seu real estado de saúde.

Primeiramente, é de se esclarecer que não houve qualquer omissão por parte da autoridade *a quo*, a qual, apreciando o pedido de renovação da prisão domiciliar, se posicionou pela produção de elementos de provas que evidenciem a real necessidade de concessão de excepcional benefício.

Verifica-se que a própria autoridade *a quo*, muito mais próxima dos fatos abordados neste Habeas Corpus, não encontrou elementos de provas para subsidiar o seu convencimento, determinando a produção de prova pericial de modo a esclarecer a atual condição médica da paciente, inexistindo, desse modo, qualquer ilegalidade flagrante que justifique a intervenção deste Colegiado no sentido de desconstituir o que está sendo objeto de análise pelo ilustre Magistrado apontado como autoridade coatora.

Ademais, como se sabe, a gravidade do quadro clínico apresentado pela paciente e as causas do descumprimento das condições da prisão domiciliar, necessários para fundamentar a concessão deste benefício, não podem ser analisadas na via estreita do habeas corpus, o qual por não comportar dilação probatória, não admite o exame aprofundado de provas. Essas circunstâncias serão apreciadas e esclarecidas perante o Juízo de Execução Penal, não comportando o *writ*, portanto, qualquer análise do mérito da causa. Este é o entendimento há muito assumido pelo Superior Tribunal de Justiça:

STJ: “O habeas corpus não é meio idôneo para o exame aprofundado da prova” (JSTJ 33/332 in MIRABETE, Julio Fabbrini. Código de processo penal interpretado. São Paulo: Atlas, 2002, 9. ed., p. 1706).

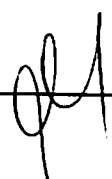
HABEAS CORPUS. NEGATIVA DE AUTORIA. DILAÇÃO PROBATÓRIA. AFERIÇÃO INVIÁVEL NA VIA ELEITA. O habeas corpus, marcado por cognição sumária e rito célere,



não comporta o **exame** da negativa de autoria do acusado na conduta delituosa que, para seu deslinde, demanda **aprofundado exame** do conjunto fático-probatório dos autos, posto que tal proceder é peculiar ao processo de conhecimento. Ordem denegada. (HC 45979 / SP ; HABEAS CORPUS 2005/0119488-2, Ministro PAULO MEDINA, SEXTA TURMA, 17/08/2006, DJ 25.09.2006 p. 312).

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. 1. RETORNO ESPONTÂNEO AO ESTABELECIMENTO PRISIONAL. UM DIA DE ATRASO. FALTA GRAVE. DESCARACTERIZAÇÃO. INVIABILIDADE. EXAME QUE DEMANDA REVOLVIMENTO DO ARCABOUÇO PROBATÓRIO. NÃO CABIMENTO NA VIA ESTREITA DO MANDAMUS. NÃO APLICAÇÃO DOS CONSECUTÓRIOS DA FALTA GRAVE. IMPOSSIBILIDADE. 2. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. **1. Não há como conhecer, na estreita via do habeas corpus, do pedido de anulação do reconhecimento de falta grave e seus efeitos decorrente, uma vez que para se desconstituir o que ficou estabelecido nas instâncias ordinárias, soberanas na apreciação das provas, mostra-se necessário um completo e aprofundado reexame do conjunto fático-probatório, procedimento que, sabidamente, é incompatível com os estreitos limites do remédio heroico, caracterizado pelo rito célere e cognição sumária.** 2. Agravo regimental a que se nega provimento.(STJ. Ag.Reg. no HC 228164/RS. Quinta Turma. Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze. D.Je. 18/02/2013).

Sendo assim, entendo que o impetrante não logrou êxito em demonstrar através desta via estreita do Habeas Corpus a ilegalidade por ele apontada, inexistindo espaço neste procedimento sumário para produção de provas inerentes à inferior instância.



Diante do exposto, considerando a inexistência de prova pré-constituída hábil a demonstrar a necessidade da prisão domiciliar, meu voto é pelo **não conhecimento do pedido**.

Recife, 26 de Março, de 2013.

Des. Fausto de Castro Campos
Relator substituto